

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CAMPUS ZÉ DOCA  
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA

**FRANCISCO PINHEIRO DA CONCEIÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DA  
ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA - MA**

**FRANCISCO PINHEIRO DA CONCEIÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DA  
ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA - MA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Eliúde Costa Pereira

Conceição, Francisco Pinheiro da

Projeto político pedagógico no contexto de duas escolas da zona urbana do município de Zé Doca - MA / Francisco Pinheiro da Conceição. – Zé Doca, MA, 2024.

46 f

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Zé Doca, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Eliúde Costa Pereira

1.Projeto Político Pedagógico. 2.Gestão escolar. 3.Gestão democrática. I. Título.

CDU: 37.014.542(812.1)


**FRANCISCO PINHEIRO DA CONCEIÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DA  
ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA - MA**


Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado em: 21 / 08 / 2024


**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **ELIUDE COSTA PEREIRA**  
Data: 21/08/2024 23:21:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Eliúde Costa Pereira (Orientador)**  
Doutor em Linguística  
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente  
 **RAKEL GOMES MENDONÇA**  
Data: 05/09/2024 15:16:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof<sup>a</sup>. Esp. Rakel Gomes Mendonça**  
Especialista em Microbiologia Clínica  
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente  
 **ROBSON DE MACEDO CUNHA**  
Data: 21/08/2024 21:18:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Esp. Robson de Macêdo Cunha**  
Esp. em Educação Especial e Inclusiva  
Universidade Estadual do Maranhão

Este trabalho é dedicado aos meus familiares, que sempre me acompanharam durante toda minha vida acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, cuja graça e orientação foram fundamentais ao longo desta jornada acadêmica. A Ele agradeço por me conceder forças e coragem para prosseguir.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Cada conquista é um reflexo do amor, apoio e sacrifício de vocês.

Ao meu orientador, expresso minha sincera gratidão pelo conhecimento compartilhado, pela experiência transmitida e pelos valiosos momentos de aprendizagem proporcionados ao longo deste trabalho.

Aos meus amigos, verdadeiros companheiros de jornada, que estiveram ao meu lado nos momentos difíceis, compartilhando risos e lágrimas, moldando-me e contribuindo para a construção da pessoa que sou hoje.

À Universidade Estadual do Maranhão, Campus Zé Doca, e a todo o corpo docente, que demonstrou estar comprometido com a qualidade e excelência do ensino.

À comunidade escolar das instituições onde ocorreu a coleta dos dados empíricos.

A todos aqueles que me ajudaram e estiveram presentes durante a realização desta rica jornada, meu mais profundo agradecimento. Cada um de vocês desempenhou um papel essencial, e esta conquista é compartilhada com todos que fizeram parte deste percurso.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de investigação o Projeto Político Pedagógico ou Proposta Pedagógica, que atualmente continua sendo a principal ferramenta que as escolas têm para exercer seu poder de autonomia e tomada de decisões coletivas, sem que haja interferências de instâncias superiores. O trabalho teve como objetivo analisar o lugar do Projeto Político Pedagógico em duas escolas públicas das redes municipal e estadual, na cidade de Zé Doca, tendo como fundamentos a legislação, em especial a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Brasil, 1996), DCNs (Brasil, 1996), Plano Nacional de Educação (Brasil, 2013), e autores que já realizaram estudos sobre PPP, com destaque para: Luce e Medeiros (2006), Veiga (2013), Silva (2003), Longhi e Bento (2006) entre outros. Trata-se de investigação de natureza descritiva quanto aos objetivos, caracterizando-se como pesquisa de campo quanto aos procedimentos, envolvendo a aplicação de questionários impressos, e o tratamento dos(as) dados/informações seguiu abordagem quanti-qualitativa. A pesquisa foi realizada no município de Zé Doca, em duas escolas da zona urbana da cidade, tendo como público-alvo gestores e coordenadores pedagógicos, docentes, discentes (alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio), e pais. Os resultados obtidos indicam que, em ambas as escolas, o PPP passa/passou pelas seguintes etapas: elaboração, implementação, avaliação e revisão, no entanto, em ambas as escolas, falta ainda envolver todos os segmentos nas diversas etapas de efetivação do PPP, especialmente discentes e pais/responsáveis.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico; gestão escolar; gestão democrática.

## ABSTRACT

This Final Course Work has as its object of investigation the Pedagogical Political Project or Pedagogical Proposal, which currently continues to be the main tool that schools have to exercise their power of autonomy and collective decision-making, without interference from higher authorities. The work aimed to analyze the place of the Pedagogical Political Project in two public schools of the municipal and state networks, in the city of Zé Doca, based on legislation, especially the Law of Guidelines and Bases of Education (Brazil, 1996), DCNs (Brazil, 1996), National Education Plan (Brazil, 2013), and authors who have already carried out studies on PPP, with emphasis on: Luce and Medeiros (2006), Veiga (2013), Silva (2003), Longhi and Bento (2006) among others. This is a descriptive research study with regard to its objectives, characterized as field research with regard to its procedures, involving the application of printed questionnaires, and the treatment of data/information followed a quantitative and qualitative approach. The research was carried out in the municipality of Zé Doca, in two schools in the urban area of the city, with the target audience being managers and pedagogical coordinators, teachers, students (9th grade students of Elementary School and 3rd grade of High School), and parents. The results obtained indicate that, in both schools, the PPP goes through/has gone through the following stages: elaboration, implementation, evaluation and review; however, in both schools, it is still necessary to involve all segments in the various stages of implementing the PPP, especially students and parents/guardians.

**Keywords:** Political Pedagogical Project; school management; democratic management.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>Contextualizando o objeto de investigação .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2</b>	<b>Aspectos legais (marcos legais) .....</b>	<b>12</b>
<b>2.3</b>	<b>PPP no âmbito da gestão democrática .....</b>	<b>14</b>
<b>2.4</b>	<b>PPP no contexto pedagógico-curricular .....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização da pesquisa.....</b>	<b>20</b>
<b>3.2</b>	<b>Universo da Pesquisa .....</b>	<b>20</b>
<b>3.3</b>	<b>Procedimentos (coleta e tratamento dos dados) .....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A legislação educacional brasileira enfatiza a necessidade de as escolas apresentarem Projeto Pedagógico próprio, considerando a autonomia que lhes é inerente. Desse modo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) constitui um documento de suma importância para o bom funcionamento da escola, pois ele guia e norteia o gestor e demais agentes que participam da organização e implementação das ações escolares, com vistas ao desenvolvimento de um ensino de qualidade (Veiga, 2010).

Nesse sentido, é importante que o PPP seja efetivamente construído e executado de forma coletiva, pois isso influencia positivamente na identidade da escola. É importante também que ele apresente coerência com a realidade e a cultura organizacional da instituição, considerando o contexto em que ela está inserida na comunidade (Silva, 2018).

Um estudo sobre o PPP realizado com professores, funcionários e alunos de 6º e 7º anos de uma escola estadual de Ensino Fundamental, em Laranjeiras do Sul (PR), apontou que professores e funcionários possuem uma visão fragmentada sobre o lugar do PPP na escola: para que serve, do que se trata e porque ele existe na escola. Os alunos, em sua maioria (65%), não souberam informar o que é PPP e outro quantitativo significativo (47%) disseram não saber a função desse documento na escola (Bortoluzzi, 2008).

Diante da relevância desse documento para o bom desenvolvimento das escolas, assim como, considerando o impacto que ele pode exercer sobre o processo ensino-aprendizagem, quando são bem elaborados e efetivamente executados, decidiu-se realizar uma pesquisa sobre o lugar do PPP em escolas do município de Zé Doca – MA, a fim de conhecer como elas têm agido em relação às diferentes etapas que envolvem esse importante instrumento.

Ressalta-se que, a despeito de sua importância, ainda são poucas as pesquisas realizadas no município de Zé Doca sobre esse objeto de investigação. Por esse motivo, a presente pesquisa teve como motivação a possibilidade de contribuir para ampliar o conhecimento em relação ao *status* desse documento, nessas escolas envolvidas, ampliando a produção de conhecimento científico sobre esse importante instrumento, vital para o desenvolvimento da educação.

Assim, compreende-se que, além de ampliar a construção do conhecimento acadêmico, pesquisas dessa natureza podem contribuir para fortalecer

o debate sobre o lugar do PPP no processo de desenvolvimento educacional, na região em que se inserem as escolas.

Com base nessa situação, foram organizadas algumas questões relativas ao objeto de investigação no tocante às escolas selecionadas para a pesquisa: Qual o lugar do PPP nessas escolas? Quais são as etapas efetivamente realizadas no que tange à elaboração, implementação e avaliação desse documento? Como se dá a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar no processo de elaboração, implementação e avaliação do PPP, incluindo a participação dos diversos atores envolvidos e suas contribuições? Quais os principais desafios e obstáculos enfrentados por essas escolas, em relação ao processo de elaboração, execução e avaliação efetiva do PPP, assim como os avanços dele decorrentes?

Assim sendo, o objetivo geral deste estudo consistiu em analisar o lugar do Projeto Político Pedagógico nas escolas em questão, pertencentes às redes municipal e estadual de ensino, respectivamente, e como objetivos específicos: investigar as etapas e o processo de elaboração do PPP, nas escolas públicas de Zé Doca incluídas no projeto; fazer um levantamento da contribuição dos diversos segmentos da comunidade escolar na elaboração e implementação do PPP, incluindo a participação dos diversos atores envolvidos; identificar desafios e obstáculos enfrentados pelas escolas envolvidas na pesquisa, em relação ao processo de elaboração e execução efetiva do PPP, assim como os avanços dele decorrentes.

Nessa esteira, o presente Trabalho de Conclusão de Curso originou-se de uma pesquisa de campo, com caráter quanti-qualitativo, intitulada "Projeto Político Pedagógico no contexto de duas escolas da zona urbana do município de Zé Doca-MA", realizada com o objetivo de se saber como ocorre a construção, aplicação e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP), nas escolas envolvidas na investigação.

O estudo foi realizado no município de Zé Doca, no Estado do Maranhão, contemplando duas instituições de ensino, uma pertencente à Rede de Ensino Municipal e a outra à Rede de Ensino Estadual, ambas localizadas na zona urbana da cidade, sendo utilizado como principal instrumento para coleta de dados questionários impressos, direcionados a gestores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e pais.

Antes de ir a campo, para aplicação do questionário, foi realizado um estudo bibliográfico, com intuito de buscar entender da melhor forma a temática, na

visão de vários autores que já fizeram estudos relacionados ao PPP. Como principais subsídios teóricos, foram utilizados os estudos de pesquisadores que possuem investigações correlacionadas ao tema, caso de Veiga (2010, 2013), (Barbosa *et al*, 2000), Longhi e Bento (2006), Silva (2003), entre outros. Para legitimar os aspectos legais, utilizou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs (1998) e Plano Nacional de Educação – PNE (2014).

Por fim, este trabalho está organizado da seguinte forma: após a introdução, apresenta-se uma abordagem sobre o objeto geral da investigação, Projeto Político Pedagógico, contemplando-se uma contextualização, aspectos legais, bem como a relação entre PPP, gestão democrática e aspectos pedagógicos curriculares; na sequência apresentam-se a metodologia e os resultados e discussão; no último tópico, são apresentadas as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICA**

### **2.1 Contextualizando o objeto de investigação**

Um dos principais documentos norteadores do trabalho pedagógico de uma instituição de ensino é o “Projeto Político-Pedagógico, também conhecido como Proposta Pedagógica, Projeto Pedagógico Curricular ou simplesmente Projeto Pedagógico” (Nascimento *et al.*, 2020 p.122). Todas essas expressões têm o mesmo significado e ideia de um guia do trabalho da administração escolar. Nesta produção monográfica, optou-se por utilizar o termo Projeto Político Pedagógico, por entender-se que essa nomenclatura abarca mais adequadamente o real significado desse objeto de investigação.

Ao explicitar cada termo do PPP, Veiga (2013) afirma que todo projeto passa por uma ação intencional, com sentido explícito, e com pensamento definido coletivamente. Logo, o caráter político está mais relacionado com o compromisso da formação dos cidadãos, capacitando-os a conviverem em sociedade e, no que se refere o sentido pedagógico, trata-se das ações educativas proposta pelas instituições, voltadas a cumprirem o seu papel como formadoras.

Considerando os propósitos deste trabalho, torna-se relevante contextualizar a origem do presente objeto de investigação, no contexto brasileiro. De

acordo com Nascimento *et al.* (2020, p.123),

o Projeto Político Pedagógico surgiu em meados de 1980 após um longo período de ditadura, época em que o planejamento educacional era padronizado para todo o país, centralizado e cheio de obrigações que faziam das escolas meras cumpridoras da legislação vigente.

Como é possível observar, o contexto anterior àquele indicado por Nascimento não permitia que as escolas tivessem a sua própria identidade, levando a entender que, conseqüentemente, isso se refletia no trabalho que desenvolviam, como, por exemplo, a possível desconsideração dos contextos locais e da própria realidade dos discentes.

Após esse período, a partir da Constituição de 1988, foram aprovadas leis que democratizavam o ensino nas escolas públicas, “abrindo caminho para a construção de um conjunto de orientações relativas ao planejamento, à execução de ações e à consolidação de formas colegiadas” (Nascimento *et al.*, 2020 p.123).

De acordo com Veiga (2010), na rede de ensino, o processo de elaboração, implementação e avaliação do PPP está vinculado a três instâncias educacionais: a macro, que corresponde à esfera federal, no caso, o Ministério da Educação; a segunda instância, a meso, refere-se às secretarias estaduais e também às superintendências regionais, que definem políticas e programas; o terceiro nível, o micro, é constituído do *lócus* onde os PPPs são elaborados, executados e avaliados, ou seja, as escolas.

Assim, por não ser um documento acabado, fixo, o PPP deve ser ajustado continuamente e passar por reformulações sempre que o contexto o exigir, a fim de proporcionar o bem-estar do ensino, promovendo uma educação de qualidade. Ao atuar como instrumento norteador do trabalho desenvolvido no âmbito das instituições educativas, o PPP tem como função buscar um rumo, uma direção, possibilitando uma ação coletiva (Barbosa *et al.*, 2000).

## **2.2 Aspectos legais (marcos legais)**

Ao abordar sobre os documentos legais que embasam a produção dos PPPs, é preciso fazer menção inicial à Constituição Brasileira, que, em seu artigo 205, menciona que a educação passa a ser um direito de todo cidadão, e sua

implementação cabe ao Estado e à família, com objetivo principal de preparar o sujeito para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho (Brasil, 1988).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no que concerne ao PPP, o Art. 12 menciona o seguinte:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola (Brasil, 1996, p.14).

É importante ressaltar que a LDB, dentro de suas atribuições, estabelece que as escolas têm autonomia para elaborar, implementar e avaliar seu PPP, o que implica fomentar a participação de todos os segmentos que constituem a comunidade escolar, fortalecendo, assim, o pensamento coletivo dentro das instituições.

Outro importante documento oficial, o Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), elaborado com finalidade de melhorar a qualidade de ensino, revisto a cada dez anos e contendo metas e estratégias a serem seguidas para o alcance dos objetivos propostos, também faz menção ao PPP. É o que se constata na meta 19, que destaca a necessidade de criação de condições para que a gestão democrática da educação seja, de fato, efetivada, ao mesmo tempo em que enfatiza sobre o caráter coletivo que deve pautar a construção dos PPPs (Brasil, 2013).

Nesse sentido, fica evidenciado que a própria legislação educacional brasileira não apenas institui o PPP, mas também apresenta os indicativos que norteiam o lugar dele na escola, assim como, os sujeitos que devem participar de suas diferentes etapas: elaboração, execução e avaliação. A inclusão dessas informações no presente trabalho ganha relevância, uma vez que integra seus objetivos fazer um confronto entre o que determina a legislação em relação ao PPP e como de fato ele é conduzido no cotidiano escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Brasil, por exemplo, apresentam orientações, princípios e diretrizes que devem nortear a organização e o funcionamento curricular das escolas, incluindo aspectos relativos ao PPP. De acordo com o Art. 10, parágrafo I e inciso II (Brasil, 2013, p. 65),

O planejamento das ações coletivas exercidas pela escola supõe que os sujeitos tenham clareza quanto: II – à relevância de um projeto político-pedagógico concebido e assumido colegiadamente pela comunidade educacional, respeitadas as múltiplas diversidades e a pluralidade cultural [...]

Tal menção reflete sobre as condições com base nas quais o PPP deve ser criado, respeitando sempre o pensamento coletivo de todas as organizações que compõem a comunidade escolar, no caso citado, os colegiados, como os grêmios estudantis, conselhos de classes, grupos de pais e mestres etc. Todas essas agremiações têm seu papel de destaque no processo de elaboração.

Não se pode esquecer de que o Brasil é uma nação constituída por diversos traços étnicos, resultado do processo histórico da colonização europeia, e pela vinda de povos que foram para cá trazidos, além dos posteriores movimentos migratórios, que foram responsáveis, ao longo da história do país, por colocar em contato grupos diferenciados; e juntando com os povos nativos que já residiam, atualmente convivem no território nacional cerca de 210 etnias indígenas, junto com uma imensa população formada pelos descendentes de povos africanos e por um grupo numeroso de imigrantes e descendentes de povos de vários continentes (Brasil, 1998).

Nesse sentido, o envolvimento de toda a comunidade escolar na construção da proposta pedagógica é fundamental para que se garanta a construção de um documento que seja representativo de toda essa diversidade, sobre o que se passará a abordar.

### **2.3 PPP no âmbito da gestão democrática**

O PPP constitui um importante instrumento norteador do trabalho da gestão escolar e sua construção visa priorizar o trabalho em equipe, de modo que todos os agentes que realizam o trabalho pedagógico, administrativo e operacional dentro da instituição colaborem no processo de criação de seu PPP (Damascena *et al.*, 2023). Esse ato, quando de fato realizado, indica que aquela escola possui de alguma forma uma gestão democrática.

De acordo com a legislação atual que define e rege a educação no Brasil, a exemplo da Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), do Plano Nacional de Educação (PNE) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a gestão escolar possui autonomia para elaborar sua proposta pedagógica por meio de um processo de construção coletiva, envolvendo todos aqueles que compõem a comunidade escolar.

Nesse contexto, o PPP surge como um instrumento pelo qual a escola garante o exercício de sua autonomia, a qual, de acordo com Luce e Medeiros (2006),

resulta sempre de um coletivo, a comunidade escolar e, “para ser legítima e legitimada, depende de que este coletivo reconheça sua identidade em um todo mais amplo e diverso, que por sua vez o reconhecerá como parte de si” (2006, p. 21). Por esse motivo que a autonomia escolar e a gestão democrática devem sempre partilhar do mesmo sentido de liberdade, para que o caráter autoritário não se instaure na gestão, uma vez que uma escola que não possui a sua autonomia e práticas democráticas terá dificuldades na implementação e criação do PPP.

Diante disso, quanto à participação dos docentes na construção do PPP, o artigo 13 da LDB reforça que esses profissionais devem:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...] VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (Brasil, 1996).

Portanto, os professores cumprem um importante papel não apenas na elaboração, mas também nas demais etapas do PPP, uma vez que é por meio do trabalho por eles desenvolvido que muito do que está posto nesse documento é, de fato, operacionalizado.

Nessa esteira, os professores desenvolvem, além de suas finalidades precípuas, ministrar aulas, o papel de colaborar na articulação da relação entre a escola e os pais e/ou responsáveis dos alunos, ajudando a apresentar a esses membros da comunidade escolar a importância de fazerem parte da criação do PPP da escola. Como os docentes têm mais contato com os alunos, suas experiências vividas no cotidiano escolar contam muito na execução de todas as etapas do PPP.

De acordo com o Art. 14 da LDB,

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996)

O artigo 14 é incisivo em relação à necessidade de, por meio de uma gestão de caráter democrático, envolver todos os que fazem a escola, tanto os docentes quanto os demais membros da comunidade escolar, inclusive os pais, ou seja, a comunidade externa, no processo de elaboração do PPP. Todos devem ter o direito de opinar e defender, em forma de ideias, o que pode ser feito para melhorar o futuro da escola. E isso tudo deve ser contemplado nesse importante documento, não



apenas em termos de intencionalidades, mas também de práticas efetivas.

De acordo com as DCNs (Brasil, 2013, p. 59), “A gestão democrática da educação envolve, portanto, a garantia de marcos legais, por meio da regulamentação desse princípio constitucional em leis específicas, pelos entes federativos” (o que é reforçado pelo PNE 2014-2024 (Brasil, 2013). Isso se traduz na efetivação de processos educacionais que garantam a participação de pais, estudantes, funcionários, professores e também a comunidade local, abrindo espaço para que todos participem das discussões para elaboração e implementação dos projetos pedagógicos.

De acordo com Veiga (2013, p. 42), “[...] não é aceitável encomendar um projeto a terceiros.” O emprego de terceiros, externos ao ambiente escolar, mesmo que pertencentes à área educacional, não faz sentido porque esses participantes, geralmente, não conhecem a realidade do ensino na escola que os convida, contrata. “Desse modo, fica evidente que o PPP não pode ser instrumento burocrático que, para atender às exigências legais, possa ser encomendado ou mesmo comprado”, complementa Pinto (2011, p.142).

A escola pode recorrer a assistências, mas a elaboração do projeto deve ser trabalho dos intervenientes: coordenadores pedagógicos, professores, funcionários, pais e alunos, acrescenta Veiga (2013). Trata-se de um processo participativo que envolve a comunidade escolar na definição de metas, estratégias e planos de ação para melhorar a qualidade do ensino e do ambiente escolar.

Na visão de Silva (2003), para quem o PPP não deve consistir em um documento conservado na secretaria da escola apenas para fins de apresentação a estagiários,

Com muitas dificuldades algumas escolas públicas elaboram os seus projetos político-pedagógicos como um documento de referência, outras recebem o documento semipronto para ajustes, e outras, ainda, utilizam o documento do ano anterior fazendo pequenas alterações (Silva, 2003, p. 298).

O autor reforça a importância do PPP para as escolas, assim como sobre a necessidade de participação de toda a comunidade escolar no processo de construção desse documento, ou seja, é preciso haver a participação desde o gestor até chegar aos alunos e pais, pois se trata de um documento elaborado, por sua natureza, de forma coletiva. No entanto, nem sempre essa participação ocorre efetivamente, em decorrência, na maioria das vezes, por falta de estímulos. Desse modo, uma das principais maneiras de garantir o envolvimento de todos é promover

ações, como palestras, reuniões, que mostrem para toda a comunidade escolar a importância desse instrumento para o trabalho desenvolvido pela instituição educativa.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) geralmente é conduzida por uma equipe gestora da escola, que inclui diretores, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários, pais e alunos. É um processo participativo que envolve a comunidade escolar na definição de objetivos, estratégias e planos de ação para a melhoria da qualidade do ensino e da escola como um todo (Fundação Santillana, 2016). Quando se fala da participação de todos os que compõem a comunidade escolar, inclui-se alunos, pais, professores, gestores e aqueles que cuidam e zelam pelo bom funcionamento do dia a dia escolar. Todos esses segmentos devem participar da elaboração, implementação e avaliação do PPP de sua escola. Isso impulsiona o sentimento de coletividade e o pensamento democrático da instituição, uma vez que, por meio da troca de experiências, vão surgindo muitas ideias e também sugestões para serem incluídas/aplicadas no PPP.

Para garantir a participação dos diversos segmentos no processo em questão, uma das estratégias úteis é a realização de reuniões. Nessa perspectiva, Longhi e Bento (2006) explicam que por meio delas é possível envolver todos os setores que compõem a comunidade escolar, interna e externa, o que aumenta a possibilidade de a escola conseguir êxito na construção do PPP, uma vez que a junção de sujeitos diversos contribui para agregar muitas ideias.

Sobre a implementação do PPP na escola, Veiga (2013, p. 55) afirma que “a própria implementação do projeto político pedagógico é um pré-requisito para fortalecer (ou ao mesmo tempo construir) a identidade da escola.” No processo de implementação do PPP, os agentes escolares têm grande influência devido ao seu papel e contato diário.

De acordo com Longhi e Bento (2006), para iniciar a construção do PPP, antes de tudo precisa-se de um articulador, que pode ser o próprio gestor, o supervisor ou, como é mais comum, o coordenador pedagógico, com o qual ficará a responsabilidade de montar a metodologia do PPP. No entanto, o que ocorre na maioria das escolas é que a função de elaborar o PPP fica sob a responsabilidade do gestor, levando a uma produção de cunho individual, em desacordo com o que preconizam os documentos oficiais, não servindo, conseqüentemente, para nortear o trabalho desenvolvido pela escola.

Outra situação comum é ocorrer a elaboração de forma coletiva, mas o documento ficar por muitos anos sem ser revisto. Como na maioria das escolas os professores têm alta carga horária para cumprir e acumulam muitas tarefas (planejamento de aulas, preparação de material didático, elaboração e avaliação de atividades), eles acabam perdendo o interesse em se envolver com as questões ligadas ao PPP. Por isso, é necessário criar condições para o envolvimento de todos os segmentos que trabalham na escola, para que possam, efetivamente, fazer parte do processo de elaboração, de modo que ele retrate a realidade do dia a dia da comunidade escolar (Vale *et al.*, 2022).

Além disso, quando se ouve todo o pessoal que atua na escola: cozinheiro, zelador e demais pessoas, coloca-se em prática a valorização das opiniões de todos os colaboradores, mesmo desses que geralmente são esquecidos, mas que podem contribuir significativamente para melhorar o conjunto das ações desenvolvidas pela escola (Longhi e Bento, 2006).

Em relação ao envolvimento dos alunos, das famílias e da comunidade no PPP, a despeito da importância do envolvimento desses sujeitos, um problema desafiador é que os pais estão se afastando dos eventos das escolas dos seus filhos, como as reuniões realizadas no início do ano e ao final cada período letivo, das quais muitos pais não participam com empenho.

Nesse sentido, a escola deve promover tais reuniões e aproveitar para socializar o PPP com os pais e alunos, que muitas vezes não conhecem e não sabem o que é o PPP de uma escola. Cabe à gestão mostrar a esses segmentos a importância que o documento tem para o futuro do desenvolvimento escolar e, desse modo, promover paulatinamente a participação desses sujeitos.

#### **2.4 PPP no contexto pedagógico-curricular**

O PPP é a alma que dá vida ao currículo, fornecendo a base para sua estruturação e desenvolvimento. O currículo, por sua vez, é a expressão concreta da filosofia e dos objetivos do PPP, traduzindo-os em práticas pedagógicas e conteúdos relevantes para os alunos (Freitas *et al.*, 2021).

Os currículos escolares definem os conteúdos, os métodos de ensino e as formas de avaliação da educação básica. Eles orientam os professores e dirigem a organização do processo de aprendizagem, assim como, definem o que os alunos

devem aprender para atingir esses objetivos e dirigem o trabalho dos professores, além de fornecer instruções a estes sobre como organizar as aulas e usar métodos de ensino para desenvolver a aprendizagem, avaliar os alunos e promover a igualdade e a inclusão (Freitas *et al.*, 2021).

Sobretudo em países com dimensões continentais como o Brasil, há a necessidade de criação de um currículo de base nacional, no âmbito do sistema nacional de educação.

Diante do cumprimento de exigência constitucional, o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, definiu que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996, p. 16).

Por esse motivo, recentemente foi homologada a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), após um período de discussões e consultas aos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar.

De acordo com Silva *et al.* (2017), considerando as formas por meio das quais o currículo se apresenta, entende-se que ele é o mediador entre escola e comunidade, por isso,

ao realizar essa mediação, o currículo possibilita a construção da ação pedagógica através da articulação entre os conhecimentos construídos na prática social e transmitidos, organizados e transformados na prática escolar, por isso, o currículo também precisa estar em consonância com o PPP da instituição (Silva *et al.*, 2017, p. 9)

Ao tratar da importância do currículo e suas articulações com o meio externo, a autora enfatiza a necessidade de o currículo escolar estar bem articulado com os objetivos expostos no PPP, que teoricamente é possibilitar a melhor qualidade possível à formação dos educandos.

A construção e a reconstrução do currículo devem ser refletidas o tempo todo e, como tal, podem ser diferentes, de acordo com cada contexto (Silva *et al.*, 2017). Desse ponto de vista, o projeto político-pedagógico e a prática pedagógica devem estar diretamente relacionados com o currículo e o local de sua implementação, o que pode ser garantido por meio da existência do PPP na escola e pela atualização deste sempre que necessário.

Apresentado o embasamento teórico do presente trabalho, passar-se-á, doravante, à abordagem da metodologia adotada na coleta dos dados empíricos.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

Trata-se de investigação de natureza descritiva quanto aos objetivos, caracterizando-se como pesquisa de campo quanto aos procedimentos. O tratamento dos(as) dados/informações seguirá abordagem quanti-qualitativa.

Ressalta-se que, como é natural em praticamente todas as pesquisas, inicialmente realizou-se uma investigação bibliográfica. Severino (2007) caracteriza a pesquisa bibliográfica como aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de trabalhos anteriores, expressos em livros, artigos, monografias, dissertações e teses. Nesse sentido, o estudo bibliográfico foi necessário, uma vez que serviu como base para a análise dos(as) dados/informações reunidos por meio da investigação empírica (pesquisa de campo).

Como se trata de uma pesquisa de campo, o objeto fonte é abordado em meio ambiente próprio e a coleta de dados realizada nas condições naturais em que o fenômeno ocorre.

A esse respeito, Marconi e Lakatos (2002) dizem que a pesquisa de campo é aquela utilizada com propósito de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema ou hipótese e, na maioria das vezes, esse tipo de pesquisa deve ocorrer em fases, iniciando a partir de levantamento bibliográfico, passando pela elaboração das técnicas e escolha da amostra e, por último, determinar as técnicas para análises dos dados coletados.

Em relação à abordagem quanti-qualitativa, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 6), “o estudo quantitativo considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Nesse tipo de estudo se utilizam técnicas estatísticas. A abordagem qualitativa, que apresenta cunho descritivo, “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov; Freitas, 2013 p. 70).

#### **3.2 Universo da pesquisa**

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas situadas na região central da cidade de Zé Doca, sendo uma da Rede Municipal, aqui denominada de “Escola 1”, e outra da Rede Estadual, aqui denominada de “Escola 2”. A opção por não citar os nomes tem como objetivo preservar a imagem das instituições, por uma questão ética. No entanto, todos os dados coletados encontram-se em posse do pesquisador e serão preservados por um período de cinco anos, conforme determinação legal, estando disponíveis para consulta ao longo desse período. Tais escolas constituíram o *locus* da pesquisa, mediante solicitação de autorização oriunda do Professor Orientador, com explicitação do objetivo da investigação.

Quanto ao público-alvo, trabalhou-se com os seguintes segmentos: discente (alunos do 5º ano e do 9º ano do Ensino Fundamental, na Escola 1, e da 3ª série do Ensino Médio, na Escola 2); docente (dois professores de cada ano/série – aqueles que estavam em sala de aula no momento da aplicação dos questionários aos alunos); pais (dois pais/responsáveis, de cada ano/série); um gestor escolar e um coordenador pedagógico, por escola. A escolha desse público se deu por fazerem parte dos agentes que devem ser envolvidos na construção do PPP.

### **3.3 Procedimentos (coleta e tratamento dos dados)**

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionários aos informantes: gestores e coordenadores pedagógicos, docentes, discentes, pais/responsáveis.

Para realizar a coleta dos dados optou-se pelo questionário impresso, elaborado com perguntas abertas e fechadas. Para realização da investigação foi utilizado o laboratório de informática da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, Campus Zé Doca, especialmente para realização de pesquisa bibliográfica, elaboração dos instrumentos de coleta de dados e tabulação, representação (tabelas e gráficos) e análise dos dados, utilizando-se para isso recursos como os Programas da *Microsoft Excel, Word*.

Ressalta-se que, quanto à coleta de dados, a fim de garantir os protocolos exigidos pelas investigações científicas, a aplicação da pesquisa nas escolas ocorreu mediante autorização dos gestores dessas instituições, em resposta a solicitação feita pelo professor orientador do Trabalho de Conclusão do Curso. Os informantes preencheram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) e os menores de

idade coletaram assinatura dos pais/responsáveis em um Termo de Autorização.

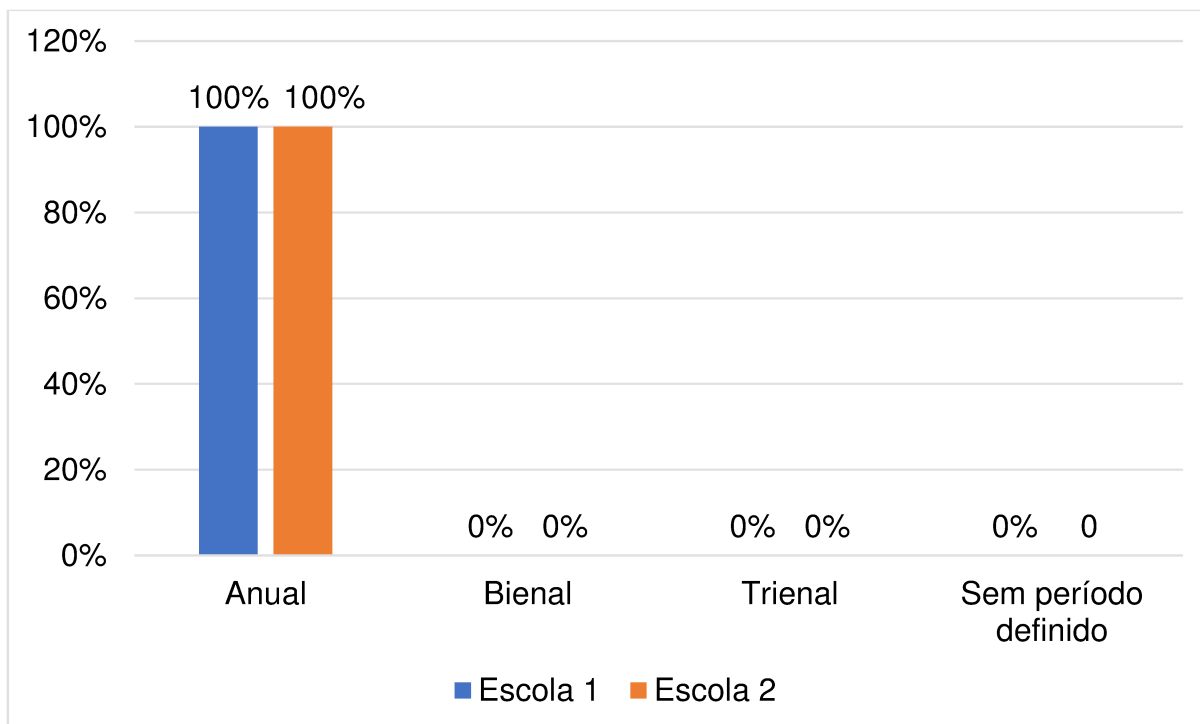
#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta parte do trabalho serão apresentados os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo e respectiva discussão, com base no arcabouço teórico que orientou todo o processo.

Ao apresentar os resultados, considera-se relevante fazer uma retomada dos objetivos propostos para a investigação, sendo o primeiro deles: investigar as etapas e o processo de elaboração do PPP, nas escolas públicas incluídas na pesquisa. Para tanto, trabalhar-se-á, inicialmente, com os dados coletados por meio do segmento formado pelos gestores e coordenadores pedagógicos, constituído por quatro informantes, dois de cada cargo/escola.

Os dados obtidos indicam que, em ambas as instituições, o PPP passa/passou pelas seguintes etapas: elaboração, implementação, avaliação e revisão. Em relação ao processo, as equipes gestoras das duas escolas, aqui representadas pelos gestores escolares e pelos coordenadores pedagógicos, foram unânimes em afirmar que a elaboração desse documento ocorreu de forma coletiva e, ao serem questionados sobre a periodicidade em que ocorre a avaliação e a revisão, 100% responderam que esse procedimento é “anual”, conforme figura abaixo:

Figura 1: Periodicidade de revisão do PPP.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Ao questionar os gestores e coordenadores pedagógicos sobre quais são os segmentos que participam do processo de construção, avaliação e revisão, obtiveram-se as respostas que constam no quadro a seguir.

Quadro 01: Segmentos que participam das diferentes etapas do PPP.

Escola 1		Escola 2	
<b>Gestor 1:</b>	"Gestão, docentes, pedagógicos ( <i>sic</i> ) e discente"	<b>Gestor 2:</b>	"Gestor, professores e pais"
<b>Coordenador pedagógico 1:</b>	"Gestores, professores, estudantes e pais"	<b>Coordenador pedagógico 2:</b>	"Os docentes, administrativo e a comunidade escolar"

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Em relação à forma de participação desses segmentos, predominam as reuniões, de acordo com todos os informantes, seguido de palestras e consultas *online*, segundo 50% e 25% dos informantes, respectivamente.

Desse modo, fica evidenciado que, de acordo com os gestores escolares e os coordenadores pedagógicos, as escolas envolvidas na pesquisa possuem PPP, o qual é trabalhado em todas as suas etapas e revisado anualmente, o que indica que

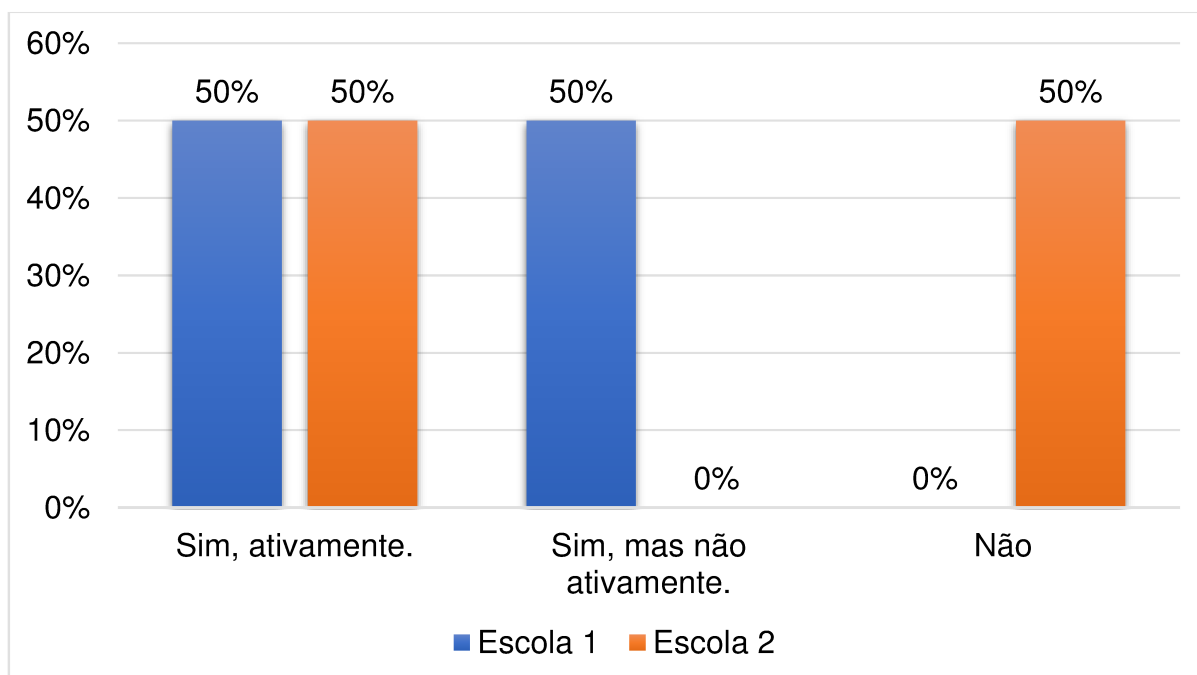


elas seguem o que está previsto no Art. 12 da LDB (Brasil, 1998), segundo o qual a elaboração das propostas pedagógicas é de competência das escolas. Essa constatação também dialoga com o que afirmam Luce e Medeiros (2006), segundo os quais o gestor e o coordenador pedagógico exercem um papel importante no processo de planejamento e execução da proposta pedagógica.

O segundo objetivo da pesquisa voltou-se à realização de um levantamento da contribuição dos diversos segmentos da comunidade escolar na elaboração e implementação do PPP, incluindo a participação dos diversos agentes envolvidos. Diante disso, foram coletados os dados junto a docentes (dois de cada escola, no total de quatro), alunos (cinco de cada escola, no total de dez) e pais e/ou responsáveis de alunos (dois pais da escola 2).

Entre os dados obtidos dos docentes, constatou-se que eles têm conhecimento da existência do PPP da instituição. No entanto, quando questionados sobre a participação no processo de elaboração, na escola 1, 50% dos informantes confirmaram participação ativa e 50% participaram, mas não ativamente; já na escola 2, houve participação ativa por parte da metade dos docentes e a outra metade declarou não ter tido qualquer participação, conforme figura abaixo.

Figura 2: Participação dos professores no processo de elaboração do PPP.

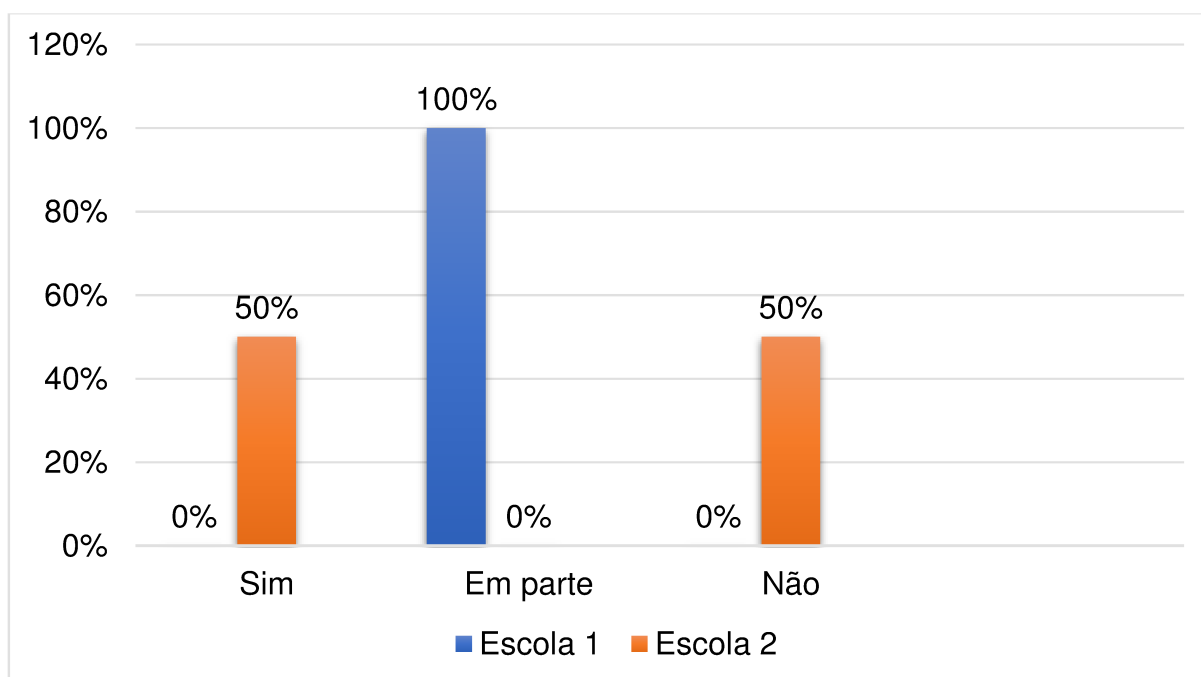


Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os dados acima evidenciam que, nas escolas participantes, não houve envolvimento ativo da totalidade dos docentes na elaboração do PPP, índice representado por apenas metade deles, havendo inclusive professor que não teve qualquer participação, constatação que diverge com o que preceitua a LDB (Brasil, 1998), no Art. 13, incisos I e II, que determinam como deveres dos docentes a participação na elaboração do PPP da instituição e, conseqüentemente, a elaboração e execução de seus planos de trabalho de acordo com o estabelecido nesse documento.

Sobre a atualização periódica do PPP das escolas, a fim de contemplar as mudanças legais, sociais e necessidades da própria instituição, na escola 1, 100% dos docentes disseram que essa atualização ocorre de forma parcial. Em relação aos professores da outra escola, apenas 50% deles responderam afirmativamente, que esse processo ocorre, e outros 50% responderam que não, conforme pode ser observado na figura abaixo:

Figura 3: Atualização periódica do PPP



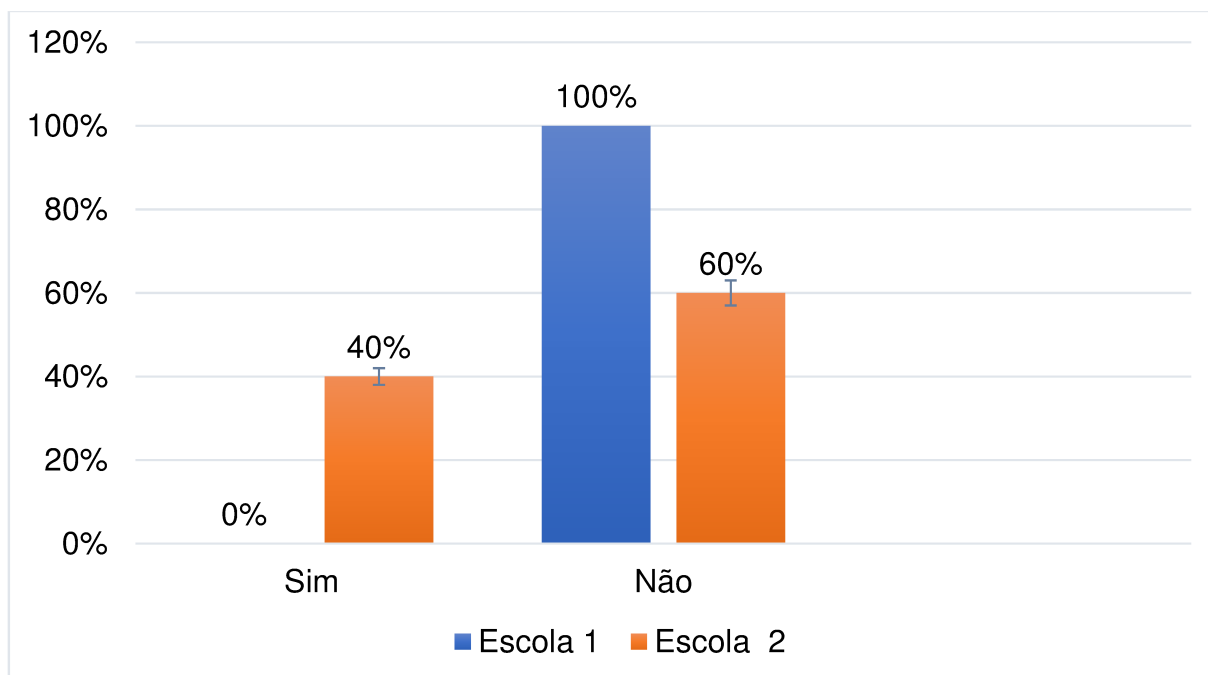
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O resultado demonstrado na figura 3 mostra que, em geral, o processo de atualização dos PPPs, nas escolas pesquisadas, não ocorre de maneira constante, conforme esperado, o que dialoga com estudos de Silva (2003).

Em relação os alunos das escolas 1, quando indagados se sabiam em que

consiste um PPP, 100% responderam negativamente. Na escola 2, obteve-se um resultado mais positivo sobre isso, uma vez que 40% disseram saber o que é PPP. No entanto, um número expressivo, 60% dos informantes indicaram desconhecimento, conforme podemos observar na figura abaixo:

Figura 4: Conhecimento sobre o que constitui um PPP.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

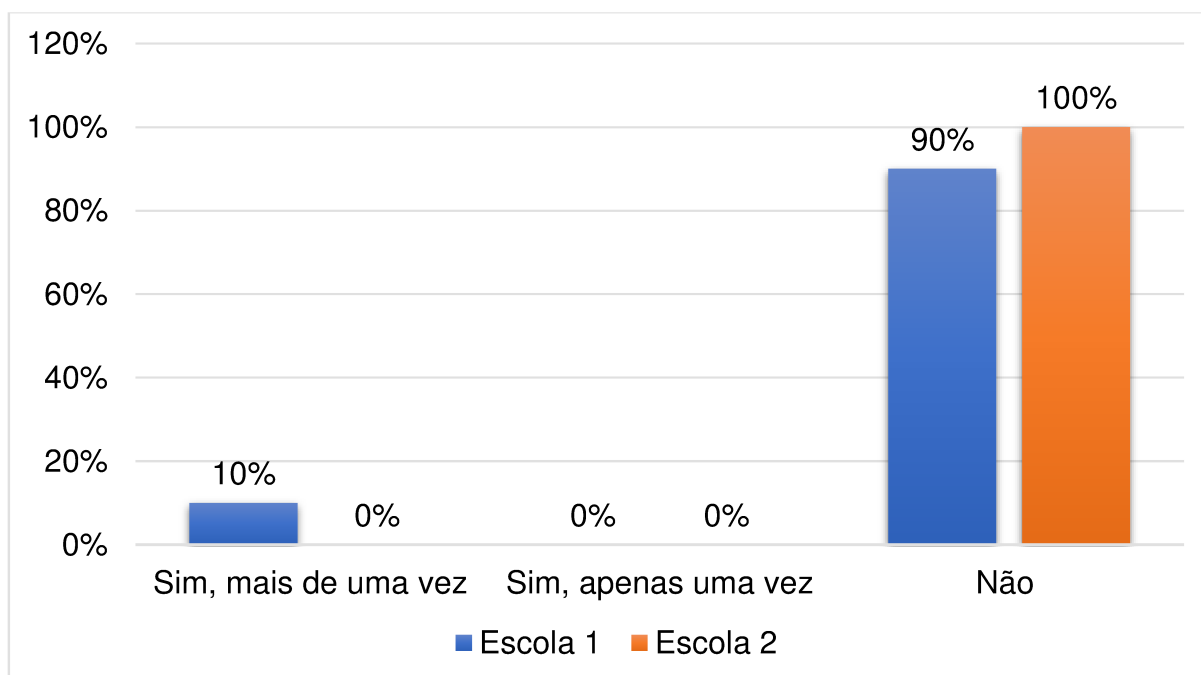
Esses dados mostram que a maioria dos discentes, em ambas as escolas, desconhecem o significado da proposta pedagógica para a instituição, fato que de alguma maneira vai interferir no processo de elaboração do PPP, pois desconhecem o documento, resultados que apresentam similaridade com estudo de Bortoluzzi (2008). Tal situação pode ser revista pela direção da escola, promovendo socialização dos aspectos gerais do documento com os discentes, bem como tratando da importância dele para o funcionamento das ações desenvolvidas nas escolas e, com base nisso, instigá-los a participarem do processo de revisão.

Outro aspecto que foi contemplado no questionário dirigido aos discentes trata-se da importância do PPP para a instituição, sendo que os resultados são os mesmos informados no gráfico anterior, dispensando nova demonstração.

Ao serem questionados se, durante esse período em que estudam nas escolas em questão, teriam participado de alguma reunião, palestra ou articulação por parte da direção que envolvesse a elaboração do PPP, verificou-se que, na escola 1,

apenas 10% dos alunos responderão positivamente, os quais também informaram que isso ocorreu mais de uma vez. No entanto, 90% assinalaram de forma negativa, que não participaram. Na escola 2, ao serem questionados sobre a mesma pergunta, 100% alunos disseram não ter participado de nenhuma reunião que mencionasse o PPP, durante todo o tempo em que estudam na escola, conforme figura abaixo:

Figura 5: Participação em reunião, palestra ou articulação sobre o PPP.



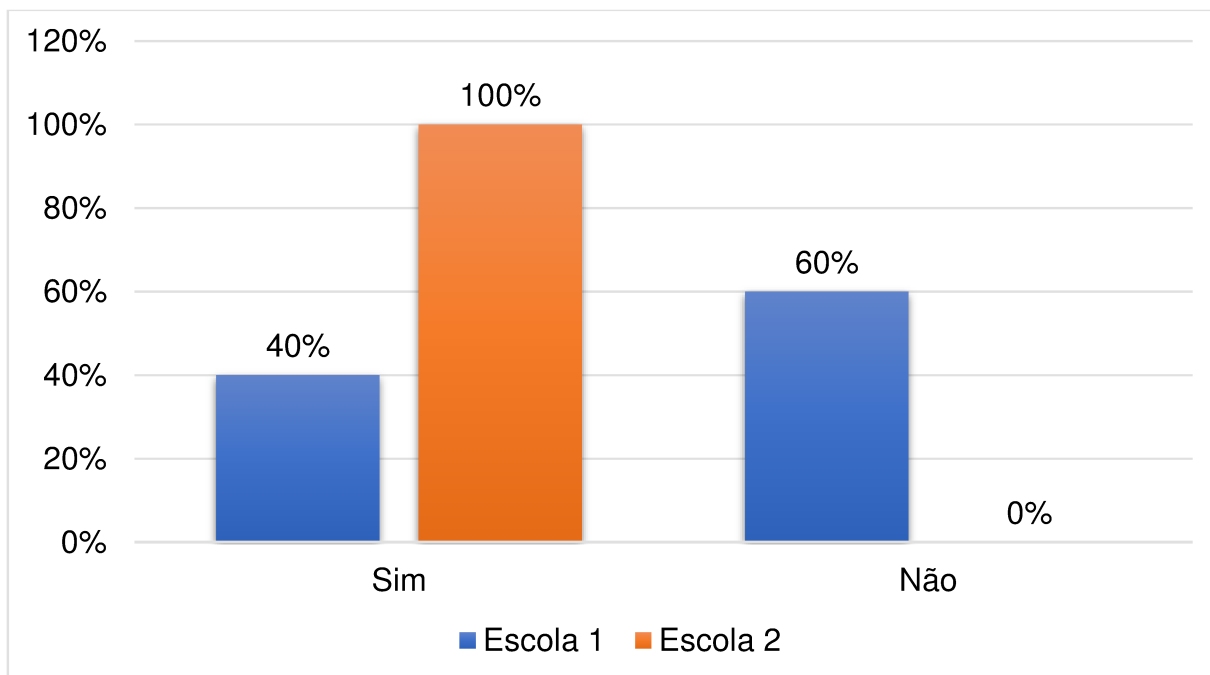
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Nesse sentido, os resultados evidenciam falta de envolvimento da comunidade discente no processo de elaboração, avaliação e revisão do PPP, o que destoa das informações apresentadas pelas equipes gestoras, segundo as quais toda a comunidade escolar participa do processo, conforme apresentado no início deste tópico.

Portanto, esses dados se distinguem do que defendem os autores Longhi e Bento (2006), para os quais a participação dos alunos é importante, pois busca valorizar as opiniões desse público e mostra que a instituição está empenhada com o coletivo.

Quando questionados se teriam interesse em participar do processo de elaboração, implementação e avaliação do PPP, obtiveram-se os seguintes resultados:

Figura 6: Participação no processo de elaboração do PPP.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Conforme indicado na figura 6, constatou-se que, na escola 1, 40% dos informantes demonstraram interesse em fazer parte desse processo, e os outros 60% não manifestaram desejo em participar. Na escola 2, os alunos demonstraram de forma unânime interesse em fazer parte desse processo, atitude que dialoga com o que defendem autores como Veiga (2013) e com o que preceitua a LDB (Brasil, 1996).

Outro segmento que também foi consultado foi o dos pais/responsáveis, no qual obteve-se resposta de apenas dois informantes da escola 2. Nesse sentido, questionados se sabiam em que consiste um PPP, 100% dois pais afirmaram positivamente. Também procurou-se saber deles se tinham ciência da importância desse documento para as escolas, sobre o que também responderam de modo positivo.

É relevante ressaltar que esses informantes, embora tenham apresentado conhecimento sobre PPP, quando questionados se conheciam o PPP da escola em que seus filhos estudam, foram unânimes em indicar desconhecimento, situação que pode ocorrer nas instituições, ou seja, de terem a sua proposta pedagógica, mas não haver divulgação devida, casos em que acaba passando despercebido. Esse fato é discutido por Silva (2003), o qual argumenta que o PPP não deve ser um documento para ficar guardado nas secretarias, para seguir meta burocrática.

Por fim, de acordo com o terceiro objetivo da pesquisa, voltado a identificar desafios e obstáculos enfrentados pelas escolas envolvidas na pesquisa, em relação ao processo de elaboração e execução efetiva do PPP, assim como os avanços dele decorrentes, foram coletados dados junto aos gestores e coordenadores pedagógicos de ambas as escolas.

Ressalta-se que nesta parte os informantes aparecerão com identificação por meio de códigos alfanuméricos, sendo E (escola) e CP (Coordenador Pedagógico).

Nas respostas obtidas pelos informantes em relação aos principais desafios para a implementação do PPP, um deles alegou que “a falta de recursos, estruturas e a ausência do acompanhamento dos pais” (E2CP) são os principais entraves que na visão dele dificulta o processo de elaboração, implementação e avaliação do documento. Outro informante citou que há dificuldade em “reunir a comunidade escolar” (E1CP). Essas dificuldades relatadas pelos coordenadores pedagógicos dialogam com o que pensam os atores Longhi e Bento (2006), segundo os quais a melhor forma de lidar com essas situações é por meio de reuniões, com o que a gestão responsável conseguirá envolver toda a comunidade escolar, interna e externa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objeto de estudo principal investigar o processo de elaboração, avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico de duas escolas do Município de Zé Doca, tendo como público-alvo: gestores e coordenadores pedagógicos, docentes, discentes e pais.

Durante a coleta dos dados nas escolas envolvidas, a pesquisa passou por dificuldades em se conseguir retorno dos questionários respondidos dos participantes, principalmente dos discentes e alguns docentes.

Constatou-se que, nas duas escolas, foi principalmente o segmento dos alunos que apresentou mais dificuldade em saber a importância do PPP e seu lugar no processo da elaboração, revisão e avaliação desse documento, de modo que o processo fica restrito apenas aos gestores, coordenadores e professores.

A partir das dificuldades relatadas, no estudo, por parte dos público-alvo, por não conhecerem o próprio PPP, destaca-se que é função da gestão promover ações que mostrem a todos os segmentos da comunidade escolar a importância

desse documento norteador de todas as ações da escola, assim como, as formas como eles podem participar desse processo democrático, de modo a aumentar a participação de todos nas diferentes etapas da proposta pedagógica.

Assim, a presente investigação permitiu chegar-se a constatações sobre o conhecimento prático de gestores, docentes e discentes das escolas envolvidas, no que tange ao PPP, sujeitos que, de algum modo, fizeram parte da elaboração do documento e, embora não sejam os únicos a participarem desse processo, são eles que de fato fazem e vivem o dia a dia escolar.

Entende-se que a realização do presente estudo possibilitará que novos pesquisadores, que porventura continuem nessa mesma área de investigação, explorem PPPs de outras instituições ou façam recortes, investigando especificidades envolvendo esse documento, em suas diferentes facetas, ou seja, pesquisas que promovam ainda mais o diálogo em torno deste objeto de investigação de modo a contribuir para a criação de estratégias por parte das escolas no que tange à boa execução das diferentes etapas dos PPPs.

Por fim, retomando o objetivo geral deste trabalho, que se propôs analisar o lugar do Projeto Político Pedagógico em duas escolas do município de Zé Doca, pertencentes às redes Municipal e Estadual de Ensino, respectivamente, constatou-se que elas possuem esse importante instrumento, porém ainda apresentam dificuldades no que tange à inclusão de determinados segmentos, especialmente dos discentes e dos pais, no processo de realização das diversas etapas do PPP, bem como, maior envolvimento do segmento docente.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, *et al.* Projeto Político Pedagógico: Uma Análise Sobre A Participação Democrática Na Escola. **Revista Percurso**, Maringá, v. 12, n.2, p. 157 - 177, 2020.
- BORTOLUZZI, Jussara Santana. **Projeto Político Pedagógico**: fundamentos, características e pontos de estranhamento entre suas propostas e as aspirações da comunidade escolar. Paraná, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996.
- BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- DAMASCENA, Maria Edilânzia Alves; LIMA, Helen F. de; AMARAL, Jose Araujo. Projeto político-pedagógico como instrumento norteador do trabalho pedagógico escolar: um estudo de caso em uma escola municipal em angicos/RN. **Educação & Linguagem**, Rio Grande do Norte, v.10, n. 3, set-dez. 2023. Disponível em: [https://www.fvj.br/revista/wpcontent/uploads/2024/01/2\\_REdLi.2023.3\\_Autorizado.pdf](https://www.fvj.br/revista/wpcontent/uploads/2024/01/2_REdLi.2023.3_Autorizado.pdf). Acesso em: 01 ago. 2024.
- FREITAS, Aline Zorzi Schultheis de; PINTO, Aline Penha; PIMENTA, Jussara Santos. A construção do currículo e os desafios da escola na sociedade contemporânea. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 17, 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/17/a-construcao-do-curriculo-e-os-desafios-da-escola-na-sociedade-contemporanea> Acesso em: 01 ago. 2024.
- FUNDAÇÃO SANTILLANA. **Projeto político-pedagógico**: orientações para o gestor escolar. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.
- LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Karla Lucia. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: Uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Vol. 3 n. 9 - jul.-dez. 2006. Disponível em: [https://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/professores/coletivo.pdf](https://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos_restritos/files/migrados/File/professores/coletivo.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.
- LUCE, M. B.; MEDEIROS, L. P. de. **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.



- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- NASCIMENTO, F. J. do; NASCIMENTO, R. de C. do; LIMA, M. S. L. O Projeto Político-Pedagógico Como Princípio Orientador Das Práticas Escolares: The Political-Pedagogical Project As A Guiding Principle For School Practices. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/52963>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científicos**. 23. ed. e atual. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- SILVA, Maria Abádia da. Do Projeto Político Do Banco Mundial Ao Projeto Político-Pedagógico Da Escola Pública Brasileira. **Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- SILVA, Betânia Moraes de Oliveira da. **A importância do Projeto Político Pedagógico como instrumento de planejamento institucional**, 2018. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional) - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém/Portugal, Portugal, 2018.
- SILVA, Adeliane Tomáz; RICETO, L. A.; ARAUJO, R. A.; RICETO, R. M.; Saulo Augusto de Moraes. O papel do projeto político pedagógico e do currículo na construção coletiva de uma escola de qualidade. **Revista científica semana acadêmica**, v. 01, p. 00, 2017.
- VALE, Ana Luiza dos Anjos Araújo; DUARTE, Ana Lúcia Cunha; ALVES Kallyne Kafuri. Projeto político pedagógico: participação da comunidade escolar na sua construção. **Pesquisa em Foco**, São Luís, vol. 27, n. 2, p. 29-43. Jul./Dez. 2022.
- VEIGA, Ilma passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola de ensino médio e sua articulação com ações com secretaria de educação**. Belo Horizonte, 2010, p. 1-10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7179-4-4-rojeto-politicopedagogico-escola-ilma-passos/file>. Acesso em: 21 set. 2023.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas SP: Papyrus, 2013.

## APÊNDICES

## APÊNDICE I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
 CAMPUS ZÉ DOCA  
 CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
 PROJETO DE PESQUISA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS  
 ESCOLAS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA – MA  
 ACADÊMICO: FRANCISCO PINHEIRO DA CONCEIÇÃO  
 ORIENTADOR: PROF. DR. ELIÚDE COSTA PEREIRA

### QUESTIONÁRIO DIRIGIDO A GESTORES(AS) E COORDENADORES(AS)

#### IDENTIFICAÇÃO:

Nome

completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ anos      Sexo: Masculino (  )      Feminino (  )

Escola: \_\_\_\_\_

Série \_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Contato

(celular ou e-mail) - opcional: \_\_\_\_\_

Prezado(a) gestor (a), coordenador pedagógico (a) solicitamos a sua colaboração com a nossa pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário, que tem como objetivo recolher informações relacionadas ao **Projeto de pesquisa PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA**, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As informações colhidas por meio deste questionário objetivam contribuir para o conhecimento/compreensão de como as escolas vêm lidando com as diferentes etapas do Projeto Político Pedagógico, quais sejam: elaboração implementação e avaliação, bem como o impacto disso no processo educativo que desenvolvem juntos aos discentes. Esclarecemos que a privacidade dos participantes será preservada e a divulgação das informações ocorrerá de forma anônima (codificada), sendo que os originais serão mantidos sob a responsabilidade do pesquisador responsável pela pesquisa, acima identificada. Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

1. Há quanto tempo você atua nesse(a) cargo/função nesta escola? \_\_\_\_\_

2. A escola possui Projeto Político Pedagógico (PPP)?

(  ) Sim

(  ) Não

Em caso de resposta afirmativa à pergunta anterior, responda às questões três a oito:

3. A elaboração do PPP ocorreu de forma coletiva?

- Sim
- Não
- Não sei informar

4. Qual a periodicidade de revisão do PPP da sua escola?

- Anual
- Bienal
- Trienal
- Não há um período definido.

5. Quais são os segmentos que participam do processo de construção/revisão e avaliação?

---

---

---

---

---

6. A comunidade escolar participa da elaboração, revisão e avaliação do PPP por meio de (mais de uma opção pode ser assinalada):

- Reuniões
- Palestras
- Consultas online
- Audiências públicas
- Outro

7. Quais os principais desafios para a implementação do PPP da sua escola?

---

---

---

---

---

8. Quais as principais estratégias utilizadas para garantir o (a) cumprimento/execução do PPP?

---

---

---

---

---

## APÊNDICE II

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
 CAMPUS ZÉ DOCA  
 CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
**PROJETO DE PESQUISA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS  
 ESCOLAS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA – MA**  
**ACADÊMICO: FRANCISCO PINHEIRO DA CONCEIÇÃO**  
**ORIENTADOR: PROF. DR. ELIÚDE COSTA PEREIRA**

### QUESTIONÁRIOS DIRIGIDO A DOCENTES

#### IDENTIFICAÇÃO:

Nome

completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ anos          Sexo: Masculino ( )          Feminino ( )

Escola: \_\_\_\_\_

Série \_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Contato

(celular ou e-mail) - opcional: \_\_\_\_\_

Prezado(a) professor (a), solicitamos a sua colaboração com a nossa pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário, que tem como objetivo recolher informações relacionadas ao **Projeto de pesquisa PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA**, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As informações colhidas por meio deste questionário objetivam contribuir para o conhecimento/compreensão de como as escolas vêm lidando com as diferentes etapas do Projeto Político Pedagógico, quais sejam: elaboração implementação e avaliação, bem como o impacto disso no processo educativo que desenvolvem juntos aos discentes. Esclarecemos que a privacidade dos participantes será preservada e a divulgação das informações ocorrerá de forma anônima (codificada), sendo que os originais serão mantidos sob a responsabilidade do pesquisador responsável pela pesquisa, acima identificada. Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

1. Há quanto tempo você leciona nesta escola? \_\_\_\_\_

2. A escola possui Projeto Político Pedagógico (PPP)?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei informar

Em caso de resposta afirmativa à pergunta anterior, responda às questões três a doze; em caso de resposta negativa, pule para a questão treze.

3. A elaboração do PPP ocorreu de forma coletiva?

- Sim
- Não
- Não sei informar

4. Você participou desse processo de elaboração?

- Sim, ativamente.
- Sim, mas não de forma ativa.
- Não

5. Você considera que o PPP da sua escola está atualizado, contemplando as mudanças legais e sociais, assim como as necessidades da própria instituição?

- Sim
- Em parte
- Não

6. Você considera o que está proposto no PPP da sua escola ao elaborar seus planos de ensino (anual, bimestral/mensal e de aulas)?

- Sim
- Às vezes
- Não

7. Dependendo de sua resposta à questão anterior, de que forma o PPP orienta seu trabalho como professor(a)?

---

---

---

---

---

---

8. Você considera que a existência de PPP em sua escola contribui para a eficácia na formação dos(as) alunos(as)? Justifique sua resposta:

- Sim

Em parte

Não

Justificativa:

---

---

---

---

---

9. Em caso de resposta negativa à questão anterior, o que precisa ser feito para que o PPP seja mais eficaz?

---

---

---

---

---

10. Como você avalia o processo de implementação do PPP em sua escola.

Excelente

Muito bom

Bom

Regular

Fraco

11. Há um processo de avaliação da implementação do PPP na escola?

Sim, continuamente.

Sim, mas de forma muito esporádica.

Não

12. Você tem alguma sugestão para melhorar o PPP da sua escola?

---

---

---



13. Caso você tenha respondido que não há PPP em sua escola ou que você não sabe informar, na condição de professor, você considera que é importante que as escolas tenham PPP? Justifique sua resposta

---

---

---

---

---

## APÊNDICE III

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
 CAMPUS ZÉ DOCA  
 CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
**PROJETO DE PESQUISA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS  
 ESCOLAS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA – MA**  
 ACADÊMICO: FRANCISCO PINHEIRO DA CONCEIÇÃO  
 ORIENTADOR: PROF. DR. ELIÚDE COSTA PEREIRA

### QUESTIONÁRIO DIRIGIDO A DISCENTES

#### IDENTIFICAÇÃO:

Nome

completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ anos      Sexo: Masculino (  )      Feminino (  )

Escola: \_\_\_\_\_

Série \_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Contato

(celular ou e-mail) - opcional: \_\_\_\_\_

Prezado(a) aluno (a), solicitamos a sua colaboração com a nossa pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário, que tem como objetivo recolher informações relacionadas ao **Projeto de pesquisa PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA**, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As informações colhidas por meio deste questionário objetivam contribuir para o conhecimento/compreensão de como as escolas vêm lidando com as diferentes etapas do Projeto Político Pedagógico, quais sejam: elaboração implementação e avaliação, bem como o impacto disso no processo educativo que desenvolvem juntos aos discentes. Esclarecemos que a privacidade dos participantes será preservada e a divulgação das informações ocorrerá de forma anônima (codificada), sendo que os originais serão mantidos sob a responsabilidade do pesquisador responsável pela pesquisa, acima identificada. Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

1. Há quanto tempo você estuda nesta escola? \_\_\_\_\_

2. Você sabe o que é o Projeto Político Pedagógico (PPP)?

(  ) Sim

(  ) Não

3. Você sabe por que o PPP é importante para as escolas?

(  ) Sim

(  ) Não

4. Em caso de resposta positiva à questão anterior, qual a importância do PPP para as escolas?

---

---

---

---

---

---

5. Você já leu o PPP da sua escola?

Sim

Não

6. Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, onde você o encontrou?

Na Biblioteca da escola

Na Secretaria da escola

No "site"/blogue da escola

Outro local: \_\_\_\_\_

7. Durante esses anos que você estuda na escola, você foi convidado para participar de alguma reunião, palestra ou articulação por parte da direção sobre elaboração, análise ou avaliação do PPP da escola?

Sim, mais de uma vez.

Sim, apenas uma vez.

Não

8. Em caso de resposta positiva à questão anterior, você já participou de momentos relativos à construção, revisão e/ou avaliação do PPP da escola?

Sim, mais de uma vez.

Sim, uma única vez.

Não

9. Em caso de resposta negativa à questão anterior, você gostaria de participar desse processo?

( ) Sim

( ) Não

10. De que forma o PPP impacta seu dia a dia na escola?

---

---

---

---

---

11. Você tem alguma sugestão para melhorar o PPP da sua escola?

---

---

---

---

---

## APÊNDICE IV

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
 CAMPUS ZÉ DOCA  
 CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
 PROJETO DE PESQUISA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS  
 ESCOLAS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA – MA  
 ACADÊMICO: FRANCISCO PINHEIRO DA CONCEIÇÃO  
 ORIENTADOR: PROF. DR. ELIÚDE COSTA PEREIRA

### QUESTIONÁRIO DIRIGIDO A PAIS

#### IDENTIFICAÇÃO:

Nome

completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ anos      Sexo: Masculino ( )      Feminino ( )

Escola: \_\_\_\_\_

Série \_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Contato

(celular ou e-mail) - opcional: \_\_\_\_\_

Prezado(a) pai/mãe/responsável, solicitamos a sua colaboração com a nossa pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário, que tem como objetivo recolher informações relacionadas ao **Projeto de pesquisa PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA**, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As informações colhidas por meio deste questionário objetivam contribuir para o conhecimento/compreensão de como as escolas vêm lidando com as diferentes etapas do Projeto Político Pedagógico, quais sejam: elaboração implementação e avaliação, bem como o impacto disso no processo educativo que desenvolvem juntos aos discentes. Esclarecemos que a privacidade dos participantes será preservada e a divulgação das informações ocorrerá de forma anônima (codificada), sendo que os originais serão mantidos sob a responsabilidade do pesquisador responsável pela pesquisa, acima identificada. Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

1. Há quanto tempo você tem filho(a) que estuda nesta escola? \_\_\_\_\_

2. Você sabe o que é Projeto Político Pedagógico (PPP)?

( ) Sim

( ) Não

3. Você sabe por que o PPP é importante para as escolas?

( ) Sim

( ) Não

4. Em caso de resposta positiva à questão anterior, qual a importância do PPP para as escolas?

---

---

---

---

---

---

5. Você tem conhecimento do PPP da escola?

- Sim  
 Não

6. Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, como isso ocorreu?

- Foi apresentado aos pais/responsáveis em reunião(ões) organizada(s) pela escola;  
 Foi disponibilizada aos pais/responsáveis cópia para conhecimento/leitura.  
 Localizei no “site”/blogue da escola por iniciativa própria.  
 Outra forma: \_\_\_\_\_

7. Durante esses anos em que você estuda na escola, você foi convidado para participar de alguma reunião, palestra ou articulação por parte da direção sobre elaboração, análise ou avaliação do PPP da escola?

- Sim, mais de uma vez.  
 Sim, apenas uma vez.  
 Não

8. Em caso de resposta positiva à questão anterior, você já participou de momentos relativos à construção, revisão e/ou avaliação do PPP da escola?

- Sim, mais de uma vez.  
 Sim, uma única vez.  
 Não

9. Em caso de resposta negativa à questão anterior, você gostaria de participar desse processo?

( ) Sim

( ) Não

10. De que forma o PPP impacta o dia a dia da escola?

---

---

---

---

---

11. Você tem alguma sugestão para melhorar o PPP da escola?

---

---

---

---

---

---

---